

## Estado de Alagoas Assembleia Legislativa Estadual **Gabinete do Deputado Lelo Maia**

PARECER Nº 474/ DE 30 DE ABRIL DE 2024

"PARECER SOBRE O PLO Nº 213 DE 2023 - QUE DISPÕE SOBRE CESSÃO DE PASSAGENS A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS NO ESTADO DE ALAGOAS.

DA 6ª COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO, SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS.

Processo de nº 532/2023

Autor(a): Dep. Delegado Leonam

Relator: Dep. Lelo Maia

Trata-se de relatório do Projeto de Lei nº 213/2023, de autoria do Dep. Delegado Leonam, que dispõe sobre a cessão de passagens as mulheres vítimas de violências no sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado de Alagoas.

Justifica o ilustre Deputado Delegado Leonam que, a presente propositura versa garantir as mulheres vítimas de violência doméstica uma forma de afastamento imediato do agressor, principalmente aquelas mulheres que são dependentes financeiramente do mesmo.





## Estado de Alagoas Assembleia Legislativa Estadual **Gabinete do Deputado Lelo Maia**

Utiliza, ainda, como argumentos, que a violência doméstica não é exclusivamente fruto de um infortúnio pessoal, de uma má escolha ou azar. Ela tem bases socioculturais mais profundas, inclusive, as mulheres rompem a barreira do silêncio e decidem denunciar ou buscar por justiça sentem com muito mais força a reação da estrutura de desigualdade de gênero no desencorajamento, na suspeita lançada sobre a vítima ao invés do agressor.

A questão da violência doméstica passou a ser considerada de maneira mais consistente na esfera pública brasileira por meio da criação de conselhos, secretarias de governo, centros de defesa e políticas públicas específicas, já na década de 1980. A primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM) foi criada em 1985, em São Paulo, e a principal lei para prevenção e punição de violência doméstica é ainda mais recente, a Lei Maria da Penha sancionada em 2006.

De cada quatro (4) mulheres que sofrem violência doméstica, uma (1) não denuncia o seu agressor por depender financeiramente dele, e transpor essa barreira é uma das maiores dificuldades delas.

Logo, considerando todas as formalidades pertinentes e, não havendo óbices quanto aos aspectos que competem a esta Comissão examinar, o nosso **parecer** é **favorável** do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

B



## Estado de Alagoas Assembleia Legislativa Estadual **Gabinete do Deputado Lelo Maia**

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS, em Maceió, J3 de 2024.

PRESIDENTE RELATOR - Dep. Lelo Maia